

**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL**

1 No vigésimo oitavo dia do mês de Setembro do ano de 2022, às 09:30, em formato *online*
2 por meio do *link* meet.google.com/wru-xxby-pck, deu-se início a Reunião Ordinária do
3 Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual — COPEAS. Fizeram-se
4 presentes as **Representantes Governamentais:** **Silmara Cristina Sartori** (SETI); **Evlin**
5 **Gamra** (SEJUF/DEJUDH); **Salette das Brotas Ferreira** (DPCA/SEJUF). **Sociedade Civil:**
6 **Véra Lucia Stadler** (Associação Fênix); **Carmen Regina Ribeiro** (Rede Nacional
7 Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos/Regional Paraná); **Helena**
8 **de Souza Rocha** (OAB-PR); **Gisele Martinazzo** (Instituto Inocência); **Érica Soumaili**
9 **Pelloi** (Sistema de Apoio a Saúde São Rafael). **Convidadas/Colaboradoras:** **Andréia**
10 **Corat** (SEJUF/DEDIF); **Mariana Nunes** (NUDEM/DPPR); **Rafaela** (DPCA); **Elizete**
11 **Gogola** (SETI). **Justificativas de Ausência:** Regina (Instituto Construindo Um Lar
12 Seguro) e Rosineide (SEED) justificaram suas ausências à Secretaria Executiva. **1.**
13 **Abertura:** Inicialmente, Andreia saudou a todas (os) e informou que a reunião estava
14 sendo gravada para transcrição da ata. **2. Aprovação das pautas:** Andreia solicitou que
15 a apresentação da Carmen fosse antes da discussão do Regimento Interno — todas
16 concordaram e a pauta foi aprovada por unanimidade. **3. Aprovação da Ata de Agosto:**
17 Andreia indagou se haviam alterações a serem feitas na ata e se todas (os) receberam.
18 Não houve solicitações de alterações e a ata foi posta em aprovação — sem ressalvas, foi
19 aprovada por unanimidade. **5. Apresentação da Rede Feminista — Carmem Ribeiro:**
20 Dando início a sua apresentação, Carmen explicou que a Rede Feminista é uma entidade
21 de 30 anos que realiza estudos e trabalhos de advoca-se em relação aos direitos sexuais,
22 direitos reprodutivos e a saúde da mulher, sempre que possível são produzidos ou
23 divulgando estudos para aprimorar as informações e partir disto elaborar propostas de
24 ação. O estudo ‘Meninas Mães no Paraná, Estupro de Vulnerável’ foi feito no intuito de
25 chamar a atenção para além da questão do abuso, mas que também configura crime
26 porque relações com meninas menores de 14 anos é considerado estupro, envolvendo
27 questões de saúde, direitos violados e criminais. Esse trabalho foi feito em 2020 e
28 apresentado no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher com uma importante
29 repercussão, também foi apresentado no CEDCA com um importante impacto e o
30 conselho propôs a criação de um Grupo de Trabalho para tratar desse tema e que ações
31 poderiam ser desenvolvidas. Carmen relatou que o GT foi criado e ela participou em
32 parceria com a Vânia, enfermeira responsável por esse trabalho, e em duas ou três

**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL**

33 reuniões do GT foi levantada a questão de que todas as comissões e grupos de trabalho
34 do CEDCA são criados a partir de Decretos e essa não havia sido, por isso, tudo que foi
35 decidido pelo GT não teria validade e que as questões deveriam ser debatidas no
36 COPEAS. Porém, o COPEAS tomou muito tempo para iniciar suas atividades e desse
37 modo fez-se necessária a contextualização para conhecimento de todas (os)
38 anteriormente a apresentação dos *slides*. Iniciando a apresentação dos *slides*, Carmen
39 incluiu a Súmula 593 do STF que diz “*O crime de estupro de vulnerável se configura com*
40 *a conjunção do carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo*
41 *irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual*
42 *anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.*”. As justificativas da
43 pesquisa apresentadas foram: Impacto do caso da menina do Espírito Santo abusada
44 sexualmente por familiar dos 06 aos 09 anos; Falta de informação sobre a dimensão de
45 estupro de vulnerável; Apontar uma das consequências do estupro de vulnerável — a
46 maternidade precoce; Necessidade de dar visibilidade a realidade e provocar a busca por
47 uma Cultura de Prevenção e Proteção. Em seguida, Carmen trouxe dados extraídos do
48 SINAN/MS de 2010 a 2019 demonstrando a maior tendência de estupros registrados em
49 meninas de 10 a 14 anos, já os meninos possuem uma maior incidência de estupro
50 registrados entre 05 e 09 anos. Além disso, a grande maioria dos estupros registrados
51 são com vítimas mulheres e distribuídos por todas as idades. Carmen também apresentou
52 os dados da Segurança Pública que expõem que *Conforme o 3º Anuário Brasileiro de*
53 *Segurança Pública 2019 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foram registradas 66*
54 *mil vítimas de estupro no Brasil em 2018, maior índice desde que o estudo começou a ser*
55 *feito em 2007, sendo a maioria das vítimas (53,8%) meninas de até 13 anos. O Paraná foi*
56 *o segundo estado brasileiro com a maior taxa de estupros por 100 mil habitantes em*
57 *2018, registrando 6.898 vítimas, ou 60,8 para cada 100 mil habitantes em média, 19*
58 *vítimas por dia ao longo do ano.* Em seguida, Carmen apresentou os nascidos vivos por
59 faixa etária da mãe no Estado do Paraná, dando destaque para a faixa de idade de 10 a
60 14 anos: 2010 — 1284; 2011 — 1214; 2012 — 1320; 2013 — 1268; 2014 — 1327; 2015
61 — 1169; 2016 — 943; 2017 — 877; 2018 — 751; 2019 — 714; TOTAL — 10.867;
62 Porcentagem de mães na faixa etária de 10 a 14 anos — 0,7%. Consequente, Carmen
63 apresentou dados com relação à raça/cor da mãe (2010 — 2019): Branca — 7.805
64 (71,8%); Preta — 185 (1,7%); Parda — 2551 (23,5%); Amarela — 17 (0,2%); Indígena —

**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO ÀS VITIMAS DE ABUSO SEXUAL**

65 248 (2,3%); Ignorado — 61 (0,6%); Total 10.867. Em relação ao Estado Civil, *as meninas*
66 *mães são, na sua maioria, solteiras (80,3%), a maior proporção entre todas as faixas*
67 *etárias, 18% viviam em união consensual e 1,3% eram casadas, sendo que o casamento*
68 *infantil é outro problema a ser analisado e debatido, devido as consequências de uma*
69 *criança estar submetida, muitas vezes contra a vontade, em uma relação de casal, além*
70 *da provável evasão escolar, a falta de perspectiva profissional e de futuro, dentre outras*
71 *que podem afetar sua vida e mesmo a sua saúde. Os dados sobre a Escolaridade como*
72 *são ainda crianças, o grau de instrução das meninas mães se concentrou entre os 4 a 7*
73 *anos de estudo, ou seja, cerca de 60% das meninas tinham ensino fundamental*
74 *incompleto, e cerca de 38% tinham de 8 a 11 anos de estudo. Os bebês que nasceram de*
75 *mães com faixa entre 10 e 14 anos, 12,5% deles nasceram com baixo peso (menos de*
76 *2500g) ao nascer, enquanto a média do total de nascimento é de 8,5%, resultando nas*
77 *consequências de um bebê nascer de uma mãe com o corpo ainda incompleto por ter*
78 *menos de 14 anos idade. Dando sequência a apresentação, Carmen compartilhou dados*
79 *com relação à duração da gestação das mães, onde pode-se observar que 15% das*
80 *gestações das mães de 10 a 14 anos duram 36 semanas ou menos — novamente acima*
81 *da média geral que é de 9,8%. Conforme a caracterização regional entre as 24 Regionais*
82 *de Saúde, 13 tiveram proporção de gravidez na faixa etária de 10 a 14 anos maior que a*
83 *média do estado em relação ao total de nascidos vivos (0,7% dos NV). Com proporções*
84 *maiores ou iguais a 1%, encontram-se a 21ªRS Telêmaco Borba, 22ªRS Ivaiporã, 5ªRS*
85 *Guarapuava e 7ª Pato Branco. Com taxas de 0,9% estão a 1ªRS Paranaguá, 4ªRS Irati,*
86 *6ªRS União Vitória, 11ª RS Campo Mourão, 14ªRS Paranavaí e com 0,8% a 3ªRS Ponta*
87 *Grossa, 12ªRS Umuarama, 18ªRS Cornélio Procópio, 19ªRS Jacarezinho. Os dados*
88 *referente aos Óbitos Fetais e Mortes Maternas indicaram que Além do número de mães*
89 *meninas que tiveram nascidos vivos, identificou-se que para mais 131 meninas a gravidez*
90 *resultou em óbito fetal no Paraná, e representou 46,5% dos óbitos fetais de mães*
91 *meninas ocorridos na região sul. Dados do SIM (SISTEMA DE MORTALIDADE) do*
92 *Ministério da Saúde apontam ainda, 05 mortes maternas de meninas mães no mesmo*
93 *período. Algumas explicações para as variações regionais e municipais verificaram que o*
94 *IDH municipal é calculado a partir de três variáveis: longevidade, escolaridade e renda da*
95 *população. Pontuando entre zero e 1, sendo zero significa nenhum desenvolvimento e 1 o*
96 *melhor nível. Índice até 0,499 = baixo nível de desenvolvimento humano, 0,5 até 0,799 =*

**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO ÀS VITIMAS DE ABUSO SEXUAL**

97 *nível médio, a partir de 0,8 = alto nível de desenvolvimento. O Índice de Desenvolvimento*
98 *Humano (IDHM) - Paraná foi de 0,749, em 2010, portanto um IDH considerado médio. E*
99 *os dados do IDH Municipal e a proporção de mães meninas indicou que 240 municípios*
100 *tinham proporção de Mães Meninas maior que a média do Estado (0,7%), 118 tinham*
101 *IDHM menor 0,700, os piores no ranking 117 ficaram entre 0,700 e 0,749 (média do*
102 *estado). Considerando-se os 20 municípios piores colocados no ranking estadual de*
103 *Desenvolvimento Humano apenas 01 apresentou uma proporção de mães meninas*
104 *menores que a média do Estado, enquanto que entre os 20 melhores colocados, apenas*
105 *02 tiveram médias de nascidos vivos de mães de 10 a 14 anos de idade maiores que a*
106 *média do Estado. Algumas das evidências trazidas pela Carmen destacaram que este*
107 *exercício de comparação com um indicador que sintetiza o grau de desenvolvimento*
108 *alcançado em cada município, mostra que há correlação entre pobreza, baixo*
109 *desempenho educacional e condições de vida desfavoráveis com a maior vulnerabilidade*
110 *das meninas ao abuso sexual, à gravidez precoce, bem como, ao menor acesso a*
111 *políticas públicas de atenção quando nesta condição. Portanto, também nos casos de*
112 *abuso sexual de meninas e gravidez precoce as desigualdades sociais podem ser*
113 *consideradas como causa básica. Assim, políticas públicas que buscam diminuir as*
114 *desigualdades contribuem para a redução do abuso sexual e gravidez precoce. Com*
115 *relação às propostas de intervenção: 1. Articular Redes Intersetoriais de Proteção – não*
116 *basta ter Unidades de Saúde, Escolas, Creches, CRAS e CREAS, Delegacias, Conselho*
117 *Tutelar, Abrigos, Promotoria Pública, Juizado, para formar uma Rede de Proteção. Estes*
118 *serviços precisam atuar de forma articulada, é necessário criar estratégias de articulação:*
119 *notificação dos casos confirmados ou suspeitos de violência e abuso, reuniões dos*
120 *serviços para a discussão e acompanhamento dos casos, priorização de atenção, entre*
121 *outras; 2. Divulgação dos serviços, entre eles e na comunidade, especialmente os*
122 *serviços de atenção às vítimas de violência sexual: Hospitais de referência para violência*
123 *sexual no SUS – 1 por regional de saúde e Hospitais de Referência para o aborto legal –*
124 *1 por macrorregião – Hospital de Clínicas da UFPR; Hospital Universitário de Londrina,*
125 *Hospital Universitário de Maringá e Hospital Universitário de Cascavel; 3. Capacitação*
126 *permanente das Equipes de todos os serviços: reconhecer sinais de violência e abuso*
127 *sexual; saber notificar os casos e articular a Rede de Proteção; conhecer os protocolos e*
128 *os fluxos dentro da Rede de Proteção; compreender a legislação sobre estes temas e o*

**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL**

129 *papel dos agentes e servidores públicos; combater o preconceito e o julgamento moral*
130 *nas equipes; saber como conduzir um atendimento, entrevista, visita domiciliar, tanto em*
131 *relação à vítima criança/adolescente como a família e o próprio agressor, saber avaliar*
132 *risco de novas e mais graves agressões/abusos; 4. Desenvolver ações, projetos e*
133 *programas voltados para a prevenção da Violência contra Crianças e Adolescentes e do*
134 *Abuso Sexual; Nas Escolas com atividades organizadas de educação sexual e*
135 *reprodutiva, abordando temas como estupro de vulnerável, consequências da gravidez*
136 *precoce, aprendendo a dizer NÃO e proporcionando atividades culturais, esportivas e*
137 *comunitárias de valorização da manifestação e expressão dos jovens; Com as famílias,*
138 *abordando a educação de filhos, relação pais e filhos, manifestações da sexualidade dos*
139 *filhos, violência doméstica e abuso, responsabilidade das famílias; Na comunidade, com*
140 *campanhas de esclarecimento e divulgação de serviços, engajando lideranças,*
141 *associações comunitárias, ONGs. Após a apresentação dos slides, Carmen reiterou que o*
142 COPEAS deveria discutir sobre quais ações poderiam ser tomadas quanto à temática.
143 Silmara parabenizou o trabalho realizado pela Profa. Carmen. Em seguida, Mariana
144 também parabenizou o trabalho que provavelmente foi pioneiro em fazer esse tipo de
145 levantamento de dados, reunindo pesquisadoras de peso e esse estudo foi utilizado para
146 construção de uma Nota Técnica do NUDEM sobre o encaminhamento dessas meninas
147 que são vítimas de estupro de vulneráveis e acabam engravidando, uma recomendação
148 para que os serviços de saúde encaminhem para o abortamento legal e não para o pré-
149 natal, como acontece muitas vezes. Acerca da temática, Marina informou que o NUDEM
150 tem recebido alguns casos emblemáticos como o de Santa Catarina e Espírito Santo em
151 que as meninas foram impedidas de fazer o abortamento legal, além disso, tem um caso
152 em Pato Branco (PR) de uma menina de 11 anos, gestante vítima de estupro e foi
153 encaminhada para um Hospital — que não era um Hospital de Referência no abortamento
154 — e lá a convenceram a família a não encaminhar para o abortamento legal. Carmen
155 pontuou que, enquanto COPEAS, deveria ser melhor discutidas as questões trazidas pela
156 SESA e pela Rede Feminista no sentido de tomar algumas diretrizes internas, dando um
157 tempo para as pessoas ‘digerirem’ as informações e discutidas em uma próxima reunião.
158 Além disso, Carmen trouxe a informação de que todos os bebês nascidos de mães
159 menores de 14 anos são notificados à Promotoria Pública e muitas vezes os casos vão se
160 perdendo em meio aos dados, sendo necessário formular ações e estratégias para aplicar

**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO ÀS VITIMAS DE ABUSO SEXUAL**

161 nesses casos, sugerindo assim, que seja solicitado à SEED que apresente na próxima
162 reunião quais são as medidas adotadas nesses casos, buscando articular a Rede de
163 Proteção de Curitiba e informar os (as) profissionais da educação de que forma agir
164 diante destes casos. Andreia informou que enviaria o encaminhamento à SEED. Por fim,
165 Carmen ressaltou que muitas ações não estavam sendo concluídas pelo conselho, como
166 a Comissão que faria cartazes e outras produções sobre a temática de estupro de
167 vulneráveis e a minuta do regimento interno, sendo necessário mais trabalhos e
168 produções para que o Conselho não acabe. Evlin sugeriu que fosse marcada uma reunião
169 sobre as cartilhas e cartazes para a semana seguinte — todas concordaram com a
170 realização. A reunião foi definida para a quinta-feira às 14 horas. Consequente, Erica
171 propôs que a Reunião Ordinária de Novembro fosse presencial para todas se conhecerem
172 e debater com maior eficácia e dinâmica as pautas do Conselho, pois dessa forma é mais
173 produtivo. Andreia informou que foi até a Central de Viagens e ainda não havia chegado
174 nenhum Cartão Corporativo até o momento, faltando todas as pessoas da listagem —
175 enviada no grupo — ir ao Banco do Brasil registrar suas senhas para iniciar a produção
176 dos cartões. Evlin acrescentou que as conselheiras deveriam pegar o número do cartão
177 com a Andreia e ir ao Banco do Brasil registrar suas senhas para o cartão ser produzido.
178 Silmara perguntou se as conselheiras governamentais também necessitavam solicitar o
179 Cartão Corporativo — visto que há o cartão das Secretarias. Andreia informou que não
180 era necessário, pois ela também possui um cartão da SEJUF que utiliza para todos os
181 Conselhos. Evlin reiterou que é necessário um Cartão Corporativo exclusivo para o
182 COPEAS e não poderia ser utilizado o cartão do Conselho da Mulher — como foi o caso
183 da Carmen —, sendo somente os governamentais que podem utilizar-se de apenas um
184 cartão para diversos conselhos. Erica perguntou se haveria tempo hábil para cadastrar a
185 senha e receber os cartões até novembro. Andreia respondeu que iria na Central de
186 Viagens tirar todas as dúvidas levantadas e informaria a todas pelo grupo. Vera relatou
187 que quando saiu do CEDCA seu cartão corporativo foi desativado e portanto, reiterando
188 que deveria ser produzido um novo cartão exclusivo para esse Conselho. **4. Minuta do**
189 **Regimento Interno:** Andreia informou que foi criado um GT com a participação da
190 Carmen, Sandra, Andreia, Evlin e a Vera, mas não houve retorno no dia da reunião —
191 estavam presentes apenas a Carmen e a Andreia. Carmen lembrou que o termo ‘abuso
192 sexual’ foi questionado pela Sandra porque no ponto de vista jurídico limitaria a atuação

**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL**

193 em relação à faixa etária que o COPEAS atuaria (até os 14 anos). Portanto, a ideia foi
194 espelhar-se no Decreto — que é bem mais amplo que a Lei de Criação do COPEAS —
195 para construir o Regimento Interno e abarcar todas as faixas etárias e todos gêneros.
196 Além disso, outra pendência foi em relação de que, como o COPEAS era um conselho
197 que não estava vinculado a nenhum Conselho nacional, surgiu a dúvida se deveriam ser
198 realizadas Conferências. Andreia respondeu que primeiramente deveria ser aprovado o
199 Regimento Interno para criar Conselhos Municipais, ganhando assim, força para fazer
200 uma Conferência Estadual e Federal. **6. Grupo de Trabalho Calendário de Reuniões:** A
201 reunião do GT sobre as cartilhas e cartazes foi marcada para quinta-feira (6/10) às 14
202 horas. Em relação ao GT sobre o Regimento Interno não foi definida a data da reunião e
203 seria discutida via grupo de *Whatsapp* das conselheiras. **7. Informes Gerais:** Andreia
204 informou que a Regina, Carla, Carolina e a Rosineide justificaram suas ausências devido
205 às suas participações em seminários na data da reunião. **8. Encerramento:** Por fim,
206 Andreia agradeceu a presença de todas e encerrou a Reunião Ordinária do Conselho
207 Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual do Paraná. A presente ata foi lavrada
208 por Davi da Rosa e revisada pela Secretária Executiva Andréia Corat.